



*Caderno de Reflexões*  
***Controle Social como***  
***Garantia da***  
***Participação Cidadã***

*Avaliação e monitoramento da*  
*III Conferência de Políticas*  
*para as Mulheres*

*Caderno de Reflexões*

*Controle Social como  
Garantia da Participação  
Cidadã*

*Avaliação e monitoramento da  
III Conferência de Políticas  
para as Mulheres*

*Rio de Janeiro  
2012*

Realização:



Apoios:



*COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA CAMTRA*

*Eleutéria Amora da Silva: Coordenadora Geral*

*Lucivânia Soares da Costa França: Coordenadora Financeira*

*Diana da Silva: Representante do Núcleo de Mulheres Jovens  
na Coordenação*

*Iara Amora dos Santos: Coordenadora Suplente*

*COLABORADORAS DESTA CADERNO*

*Danielle Jardim Silva*

*Eleutéria Amora da Silva*

*Iara Amora dos Santos*

*Jimena de Garay Hernández*

*Vilma Costa Piedade*

*1ª edição*

*Tiragem: 200 exemplares*

*Fotos: arquivo CAMTRA*

*Entidade associada à ABONG*



## ***Conteúdo***

<i>Apresentação</i> .....	5
<i>Contexto</i> .....	7
<i>Provocações</i> .....	11
<i>Encontros de formação</i> .....	14
<i>Conferências Municipais</i> .....	20
<i>Avaliação da III Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres- Município do Rio de Janeiro</i> .	26
<i>Conferência Estadual</i> .....	31
<i>Monitoramento e acompanhamento</i> .....	41
<i>Notas</i> .....	45

## *Apresentação*

**A CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora** é uma instituição feminista, sem fins lucrativos, fundada em 1997, tendo como missão ir ao encontro de outras mulheres com a perspectiva de colaborar para o fortalecimento de sua autonomia e despertá-las para a importância de sua participação na construção de uma sociedade justa e igualitária.

O esforço da **CAMTRA** tem sido direcionado às mulheres pobres, trabalhadoras em diversas áreas; pautado por uma orientação feminista; acreditando no potencial revolucionário de transformação das jovens e mulheres; valorizando pequenas mudanças no cotidiano das mulheres.

A experiência da CAMTRA nas Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, atuando efetivamente nas Comissões Organizadoras das Conferências do município do Rio de Janeiro e integrando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (2003/2005 - suplente Marcha Mundial das Mulheres) e tendo um contato e um

trabalho direto com as mulheres, nos permitiu propor a ONU MULHERES o projeto: **Controle Social como Garantia da Participação Cidadã.**

Como resultado desse processo elaboramos um **Caderno de Reflexões** que será usado no seminário **Controle Social como Garantia da Participação Cidadã** que faz parte do acompanhamento e avaliação, realizado pela CAMTRA com o apoio da ONU MULHERES, nas etapas Municipal, Estadual e Nacional da III Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres.

O Seminário tem por objetivo traçar estratégias de monitoramento da implementação das propostas aprovadas na III Conferência de Políticas para as Mulheres que aconteceu em 2011.

## *Contexto*

Depois de muita luta e pressão do Movimento de Mulheres, Feminista e Social, o Governo Federal criou em 2003, a **SPM – Secretaria de Políticas Para Mulheres**. Contudo, as profundas desigualdades e discriminações às quais as Mulheres estão submetidas afetam e impossibilitam a Cidadania das Mulheres.

Alcançar essa Cidadania e ter nossos Direitos assegurados, ainda é um grande desafio para a esfera governamental. Seja na Gestão Municipal, Estadual ou Federal, as políticas para Mulheres deixam a desejar. **Daí a necessidade de pensar, refletir, intervir e repensar as políticas dirigidas para a maior população brasileira: a feminina.** Participar da III Conferência de Políticas Para Mulheres tinha por objetivo entender a importância das nossas intervenções no processo político e na construção de políticas com uma perspectiva feminista.

A III Conferência foi antecedida por mobilizações em todas as regiões do País, com o intuito de potencializar o debate e os espaços de participação. Pretendeu-se contemplar as diversas formas de organização das mulheres

brasileiras – as mulheres urbanas, do campo, das florestas, ribeirinhas e dos povos e comunidades tradicionais. Por tudo isso, consideramos o processo de participação na III Conferência de Políticas para as Mulheres um momento privilegiado para a mobilização e formação das mulheres na construção e monitoramento de políticas públicas para as mulheres.

No estado do Rio de Janeiro se realizaram Conferências municipais a partir das quais se escolheram delegadas para sua participação na Conferência Estadual, onde, por sua vez, foram escolhidas delegadas que participaram da Conferência Nacional em Brasília, do dia 12 ao dia 15 de dezembro de 2011.

Para entender um pouco mais o processo de participação, vamos revisar os conceitos principais<sup>1</sup>:

### **O quê é uma Conferência?**

Uma Conferência de determinada política pública tem o objetivo de verificar como está o desempenho desta política em nível local, estadual e nacional. Por exemplo: na área da

---

<sup>1</sup> Fonte: [www.sepm.gov.br](http://www.sepm.gov.br)

Saúde, o SUS atende as necessidades das Mulheres no Município do RJ?

**Quem convoca?**

O ideal é que as(os) prefeitas(os)/ governador(a)/presidenta(e) determinem o chamamento da sociedade à participação. Caso isto não aconteça, o movimento social organizado, através dos Conselhos ou não, podem se auto-convocar através de edital público e de livre acesso da comunidade.

**Quais os procedimentos?**

Convocar a realização da mesma, nomear uma Comissão de Organização, estabelecer o cronograma de ação. Esta Comissão tem a tarefa de elaborar o Regulamento da Conferência e o Regimento da mesma.

**O que são Moções?**

São opiniões consensuadas pelas(os) participantes, que podem vir aprovadas pelos grupos ou submetidas direto à Plenária Final. Dizem respeito a outros assuntos que não especificamente à política em discussão ou à instância onde está sendo discutida e deverá, após sua aprovação, ser encaminhada à instância devida.

**Plenária Final, o que é?**

É a reunião realizada com a participação de todos os inscritos com direito a voz e voto – as(os) conferencistas – pessoas ligadas diretamente àquela política, que, inscritas devidamente, são habilitados ao voto. É nessa reunião, realizada ao final dos trabalhos, que serão apresentadas todas as resoluções de cada grupo para serem aprovadas, rejeitadas/suprimidas ou modificadas.

**Qual foi o objetivo da III Conferência de Políticas para as Mulheres?**

Discutir e elaborar políticas públicas voltadas à construção da igualdade, tendo como perspectiva o fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para o exercício pleno da cidadania das mulheres no Brasil.

## *Provocações*



Foto: Encontro de Formação Vila Cruzeiro, Complexo do Alemão/RJ

Atualmente, o governo brasileiro tem investido nas conferências como modelo de participação, uma vez que essa proposta possibilita que diversas esferas da sociedade sejam ouvidas na formulação e implementação de políticas públicas.

Diante disso, nos perguntamos:

**A nossa participação na Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres é garantia de implementação dessas políticas?**

**De fato, a partir da Conferência, estamos exercendo um controle social sobre as políticas públicas para todas as mulheres?**

**Quais os resultados concretos em termos de políticas nos governos municipal, estadual e nacional?**

**O objetivo da Conferência foi atingido?**

Pensando nessa questão, a CAMTRA realizou, antes das conferências municipais do estado do Rio de Janeiro, o "**Ciclo de Formação: Rumo à III Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres**".

Inicialmente, a previsão era de quatro **Encontros Locais** na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no intuito do debate abranger o máximo de mulheres para a participação nas Conferências de Mulheres – Municipal, Estadual

e Nacional. No entanto, se fizeram mais encontros com o objetivo de facilitar a participação de mais mulheres, organizadas ou não, de diversos espaços da Região.

O **Ciclo de Formação** envolveu a discussão, formação e avaliação da implementação do **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** destacando os eixos abaixo:

- I - Da Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social;
- II- Educação Inclusiva, Não Sexista, Não Racista, e Não Homofóbica e Não – Lesbofóbica;
- III- Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos;
- IV- Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres;
- V- Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão; e
- IX- Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia.

## *Encontros de formação*

*“Precisamos discutir mais para poder atender realmente as necessidades das mulheres, principalmente aquelas das comunidades que não tem informação”.*

Jussamara, 52 anos, negra.

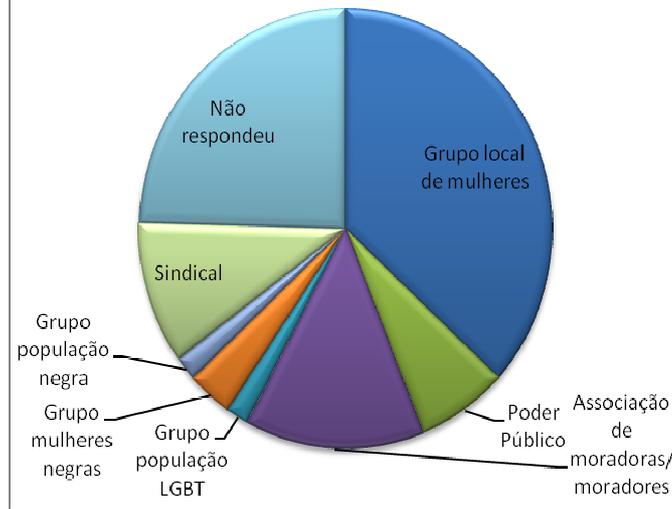
No Ciclo de Formação, fizemos algumas perguntas às participantes para aprofundar um pouco a percepção delas no processo.

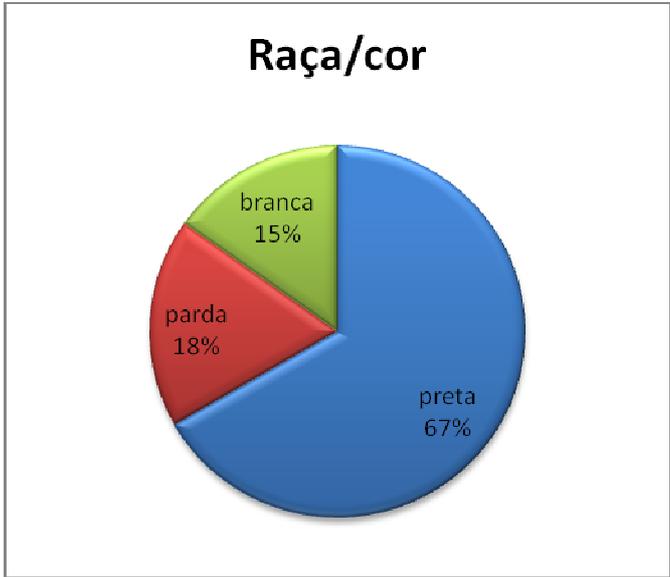
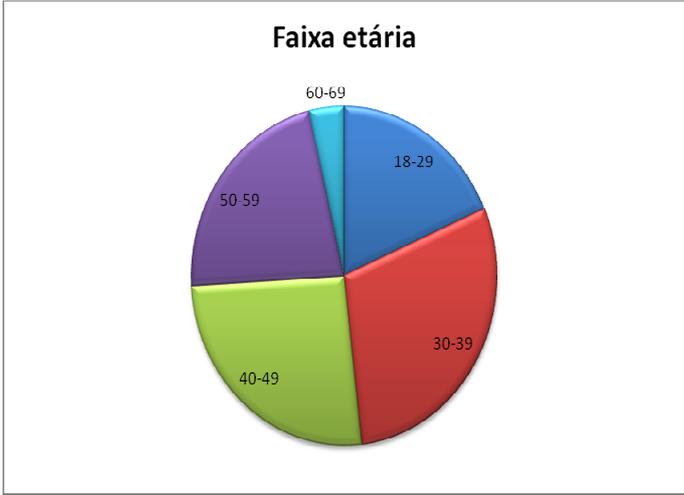
A nossa principal questão era saber se as mulheres que fizeram parte desse Ciclo participaram nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional.

Apresentamos alguns resultados que poderão provocar a reflexão neste Seminário.

Foram aplicados 57 questionários: sete em São João de Meriti; 12 na Leopoldina; 23 no Sindisprev/RJ; e 15 no evento “5 anos da Lei Maria da Penha”.

### Tipo de Instituição





Quanto à participação em Conferências anteriores:

### Você já participou de alguma conferência?



### Quais?

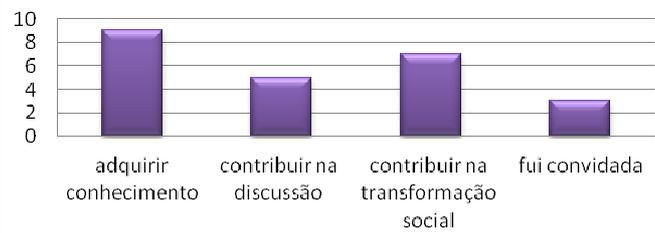




### Por que você não participou das Conferências?



### Porquê pretende participar dessa conferência?



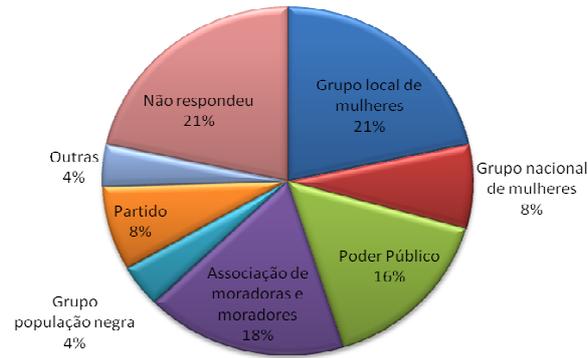
## *Conferências Municipais*

*“Desse Encontro, espero contribuir com a construção de políticas públicas para melhoria da vida das mulheres e cobrar a implementação das políticas já conquistadas”.*

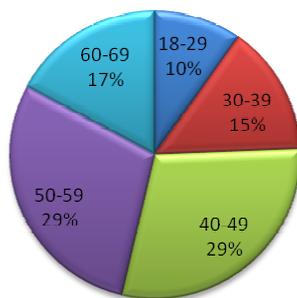
Alaine, 25 anos, negra.

Concomitantemente à realização do Ciclo de Formação, a CAMTRA participou como observadora, acompanhando algumas Conferências Municipais do estado do Rio de Janeiro. Foram aplicados 52 questionários. Da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram: 6 de Mesquita; 8 de Nova Iguaçu; 6 de Niterói, 5 de São Gonçalo; e 22 do Rio de Janeiro. Também foram aplicados 5 questionários em Petrópolis.

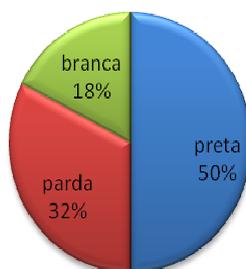
### Tipo de Instituição



### Faixa etária



### Raça/cor

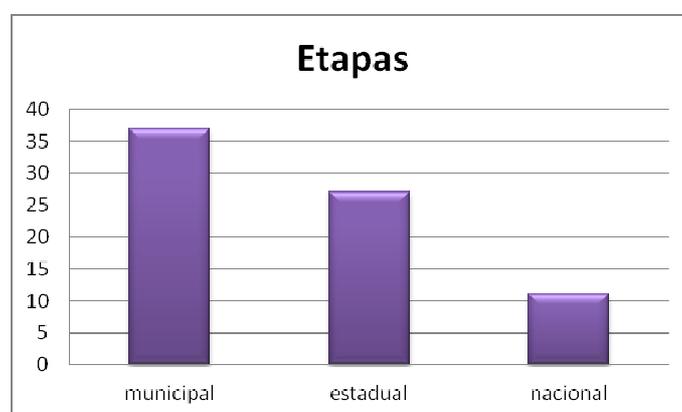


**Você já participou de alguma conferência?**



**Quais?**







## *Avaliação da III Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - Município do Rio de Janeiro*

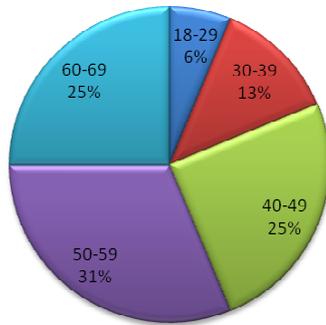
*“A Conferência foi muito boa como  
incentivadora para a continuidade do  
movimento. Importante para resgatar e  
reforçar redes”.*

Paola, 27 anos, branca.

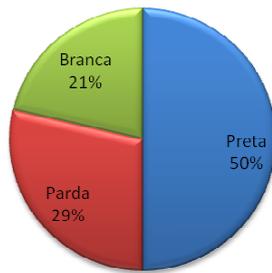
Depois da Conferência Municipal do Rio de Janeiro se fez uma pequena avaliação com algumas das participantes.



**Faixa etária**



**Raça/cor**





As causas para não participar foram: 1) falta de informações sobre as plenárias, 2) problemas com a divulgação e 3) problemas pessoais.



- Positivas: gostaram de trabalhar em grupo e consideraram importante resgatar o trabalho em rede; foi proveitoso; gostaram das propostas; gostaram da defesa que as mulheres fazem das outras.
- Negativas: problemas com a logística de inscrição; e falta de respeito entre as companheiras.



As principais dificuldades foram no processo de inscrição pela internet e problemas pessoais.



Foto: Encontro de Formação Santa Cruz/RJ

## *Conferência Estadual*

*“Foram aprovadas boas propostas, mas é triste saber que as mulheres que deveriam nos representar fiscalizando e cobrando a implantação dessas propostas não têm mais tais interesses”.*

Luciana, 35 anos, negra.

Das mulheres entrevistadas, três das que participaram dos encontros locais ou cursos de formação foram delegadas na Conferência Estadual:

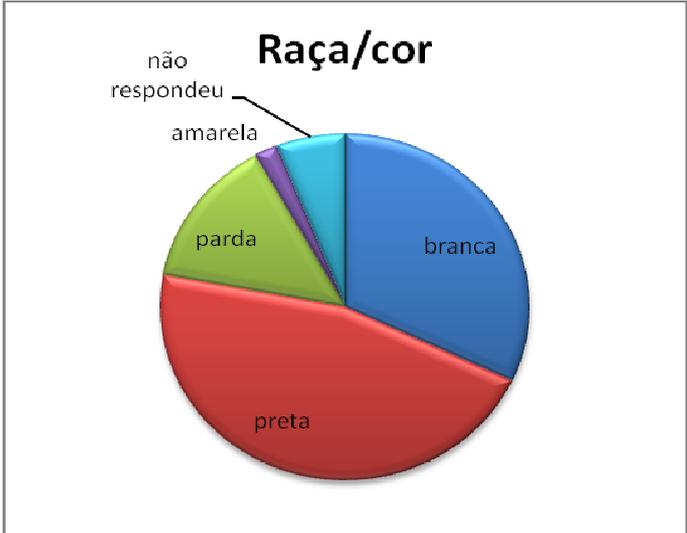
- uma participou do curso em São João de Meriti. Na Conferência Estadual, ela apontou que o processo de escolha das delegadas na Conferência Municipal *“permite que você escolha se participar, e buscar renovações e maiores conhecimentos para as mulheres de nossos municípios”*.

- outra, do curso no centro do Rio de Janeiro, também saiu como delegada para a Estadual no município de Duque de Caxias, mas achou que os processos não foram muito claros.

- a terceira foi entrevistada no curso na Zona Norte (CRESAM), na Conferência Municipal do Rio de Janeiro e na Conferência Estadual. Ela

não gostou do processo, pois achou que não foi muito democrático.





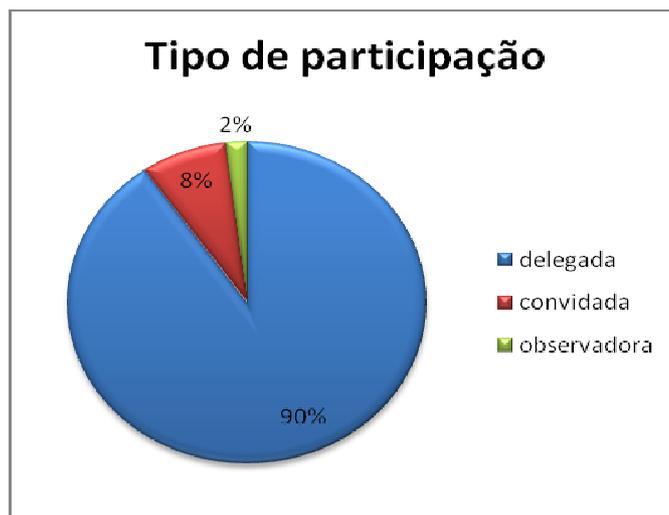


Foto: Encontro de Formação São João de Meriti/RJ

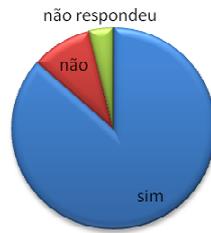
O processo de escolha das delegadas foi:

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>PROCESSO DE ESCOLHA</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	16	Por segmento por número de participantes.
<b>Mesquita</b>	3	Votação.
<b>São Gonçalo</b>	1	Por segmento.
<b>Nova Iguaçu</b>	6	Por segmento.
<b>Duque de Caxias</b>	2	Não ficou claro.
<b>Belford Roxo</b>	2	Votação por segmento.
<b>Campos dos Goytacazes</b>	3	Demonstrático.
<b>Nilópolis</b>	3	Votação transparente.
<b>Tanguá</b>	1	Escolha democrática.
<b>São João de Meriti</b>	4	Indicação/autoindicação.
<b>Itaboraí</b>	4	Eleição direta.
<b>V. Redonda</b>	1	Participação na pré-conferência, eleição.
<b>Seropédica</b>	1	Eleição.
<b>Queimados</b>	1	Participação na pré-conferência.
<b>Cardoso Moreira</b>	2	Votação.
<b>Não respondeu</b>	2	
<b>Total</b>	52	



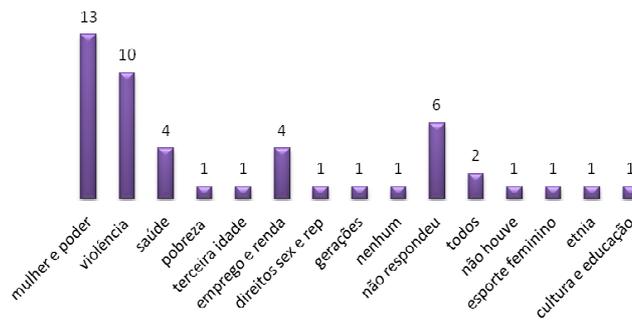
As mulheres que avaliaram positivamente o processo disseram que ele foi justo, democrático e com muita participação. As que avaliaram negativamente falaram que o processo foi desrespeitoso, pouco claro e que a distribuição de vagas favoreceu demais o poder público.

### Tiveram grupos temáticos na Conferência municipal da qual você participou?



Neste item as respostas das entrevistadas não corresponderam. Mesmo sendo do mesmo município, algumas mulheres responderam que não tiveram grupos e outras disseram que eles aconteceram.

### Grupos temáticos dos quais participaram



### Teve plenária para aprovação de propostas?



As mulheres que responderam que não teve plenária para aprovação eram de Campos dos Goytacazes. Elas falaram que só teve plenária para apresentação das propostas.

**O que foi discutido, atende as demandas/necessidades das mulheres?**



As mulheres que responderam negativamente à pergunta, comentaram que: 1) falta contemplar a todas as mulheres; 2) que nem todas as delegadas efetivamente participaram das discussões; e 3) que é importante cobrar a efetiva implementação das propostas da Conferência ao poder público.

Como resultado da Conferência Estadual 154 delegadas foram escolhidas para a Conferência Nacional. Delas, 92 (60%) provinham da sociedade civil; 46 (30%), do governo municipal; e 16 (10%), do governo estadual.



Foto: Encontro de Formação Sindisprev/RJ

## *Monitoramento e acompanhamento*

Um bom exemplo de monitoramento e acompanhamento da implementação das políticas públicas para as mulheres é o trabalho desenvolvido pelo CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) a respeito da execução orçamentária a partir do II Plano, ou seja, dos últimos três anos. Usando esses dados como evidência, elas concluem que *“várias metas traçadas ainda estão bem longe de serem alcançadas. Pelos elementos que temos até agora, é certo que parte do problema tem a ver com a falta de prioridade conferida pelos vários ministérios às ações do Pland”*<sup>2</sup>.

Trazemos aqui um resumo do desenvolvimento das ideias e dados que elas apresentam:

### **Violência contra as mulheres**

Há 10 anos, os assassinatos de mulheres só crescem e, muito mais entre as mulheres negras, apesar haver mais denúncias, de termos a Lei Maria da Penha, de existir um

---

<sup>2</sup>[http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/prioridade\\_para\\_as\\_politicas\\_para\\_as\\_mulheres.pdf](http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/prioridade_para_as_politicas_para_as_mulheres.pdf)

Pacto Nacional, envolvendo os estados e a União nesse enfrentamento e de ter sido ultrapassada a meta do II PNPM de construir/reformar/re-aparelhar 764 serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

Em 2009, as ações orçamentárias que financiavam as seis prioridades do Plano (nessa área) chegaram ao final do ano com uma execução orçamentária acima de 80%. Já em 2010, apenas uma alcançou esse patamar. As outras cinco ficaram na faixa entre 60 e 76%. Em 2011, o volume de recursos empenhados em três das seis prioridades, até 1º de dezembro, estava abaixo de 40%. Outras duas ficaram na faixa entre 44 e 48% de empenho. E em apenas um caso, o percentual empenhado chegou a marca de 95%.

O Programa Orçamentário (nº 0156), para a Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres foi autorizado na Lei Orçamentária de 2011, num total de R\$ 36,9 milhões, mas até 1º de dezembro desse ano só havia empenhado R\$ 16,1 milhões, ou seja, 56,7% do total.

Os recursos desse programa não poderiam ser contingenciados, por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### **Saúde das mulheres**

Apesar do compromisso do governo de reduzir a mortalidade materna, aproximadamente 1.500 mulheres, entre 15 e 49 anos de idade, morrem anualmente durante a gravidez, por aborto, no parto ou puerpério. Se houvesse um atendimento de saúde adequado, 92% dessas mortes seriam evitáveis, segundo a OMS.

Em 2009, todas as ações orçamentárias que deveriam financiar as nove prioridades que compõem esse eixo do Plano tiveram execução orçamentária superior a 80%. Já em 2010, apenas cinco alcançaram esse patamar, as outras quatro ficaram na faixa entre 73 e 76%. Em 2011, só em duas prioridades se alcançou um grau de empenho superior a 80% do orçamento, até 1º de dezembro; outras seis ficaram entre 41% e 68%; e uma prioridade só empenhou 31% do autorizado pela Lei Orçamentária.

A Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral a Saúde da Mulher (nº 6175, do Programa 1312 - Promoção da capacidade

resolutiva e da humanização na atenção à saúde), em 2011, tem autorizados apenas R\$ 11,7 milhões e, mesmo assim, até primeiro de dezembro havia empenhado pouco mais da metade dos recursos, R\$ 6.7 milhões e liquidado somente R\$ R\$ 2.4 mil, ou seja, 0,02%.

### **Participação Política das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão.**

Apesar do Brasil amargar o 108º lugar no ranking mundial (União Parlamentar Internacional) e ser um dos últimos colocados no âmbito latino-americano (ISO-Quito) a esse respeito, as políticas públicas traçadas para enfrentar esse quadro agudo de subrepresentação feminina estão à míngua. Há três linhas de ação prioritárias correspondentes a esse eixo do Plano, nenhuma delas conseguiu empenhar nem sequer 20% do que a Lei Orçamentária havia autorizado.







*Caderno de Reflexões*

*Controle Social como Garantia  
da Participação Cidadã*

*Avaliação e monitoramento da  
III Conferência de Políticas  
para as Mulheres*

Realização:



Apoios: